



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
PÚBLICA – CAESP**

EDVAN DE JESUS SILVA

**PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PALMAS-TO.**

GOIÂNIA

2015

EDVAN DE JESUS SILVA

**PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS:
DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PALMAS-TO.**

Artigo apresentado ao CAESP/2015, da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária, em cooperação técnica com a Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Orientador: Professor/Mestre, Tenente-Coronel BM Carlos Sérgio S. P. A. Franco.

Data da Aprovação: ____/____/____

Prof. Mestre Carlos Sérgio Souza Pinto de Almeida Franco.

Prof. Mestra Ma. Nélia Cristina Pinheiro Finotti.

**GOIÂNIA
2015**

PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: DIAGNÓSTICO DA SEGURANÇA PÚBLICA EM PALMAS-TO.

EDVAN DE JESUS SILVA ¹

RESUMO:

Este artigo científico teve como objetivo diagnosticar a percepção da população de Palmas-TO quanto às políticas públicas de segurança e o quanto elas contribuem para o controle da criminalidade e a segurança da sociedade, além de verificar o nível de confiabilidade nos órgãos de segurança estadual. A Carta Magna prevê a segurança pública como direito e responsabilidade de todos. Portanto, necessário conscientizar profissionais, governantes e a sociedade quanto ao papel de cada um na busca e efetivação da segurança almejada. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva realizada por intermédio de revisão em literaturas com conteúdos pertinentes; pela aplicação de questionários e entrevistas, numa abordagem quantitativa e qualitativa, por amostragem, aos cidadãos da cidade de Palmas-TO e pela análise de dados estatísticos levantados. Diante dessa abordagem e pela análise das informações obteve-se um diagnóstico positivo, na medida em que se verificou a percepção, permitindo à Corporação trabalhar para a melhoria de sua imagem institucional, bem como aprimorar as políticas de segurança que já realiza e implementar outras visando a prevenção ao crime e à violência, sobretudo através de parcerias.

Palavras-chave: Segurança Pública. Prevenção. Políticas Públicas.

RESUME:

This scientific study aimed to diagnose the perception of the population of Palmas-TO about the public safety policies and how they contribute to crime control and the safety of society, and to identify the trust level at the state security bodies. The Constitution provides for public safety as a right and responsibility of all. Therefore necessary to educate professionals, governments and society about the role of each in the pursuit and realization of the desired security. It is a descriptive exploratory survey conducted through review of literature with relevant content; the use of questionnaires and interviews, a quantitative and qualitative approach by sampling citizens of the city of Palmas-TO and the analysis of statistical data collected. Given this approach and analysis of the information was obtained a positive diagnosis to the extent that there has been the perception, allowing the Corporation to work to improve their corporate image and improve security policies that already holds and implement other order crime prevention and violence, especially through partnerships.

Keywords: Public Safety. Prevention. Public Policy.

¹Tenente Coronel, da Polícia Militar do Estado do Tocantins, formado na Academia da Polícia Militar da Bahia.

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Estado do Tocantins tem a preocupação constante com a melhoria da prestação de serviços e com a sua imagem institucional, razão pela qual precisa conhecer a sua equipe, o cliente e os problemas que o afligem para que possa planejar, corrigir e agir de maneira eficiente.

Mensurar a percepção das pessoas sobre as ações realizadas pelo Estado, a partir de seus impactos e efeitos, pode constituir uma relevante fonte de informações para subsidiar reflexões e ações para a elaboração e avaliação dos resultados das políticas públicas.

Nesse cenário é que se buscou diagnosticar, junto ao público da cidade de Palmas-TO, a sua percepção quanto às políticas públicas existentes e o nível de confiança na Polícia Militar, com o objetivo de sugerir o aprimoramento e a implementação de ações voltadas à prevenção do crime e da violência, melhorando a prestação de serviço e a imagem institucional.

Desejou-se analisar se a deficiência de outras políticas públicas interfere na política pública de segurança, a exemplo da evasão escolar, do desemprego, da ineficiência na prevenção às drogas, dentre outras.

De modo particular, verificou-se algumas ações realizadas pela Polícia Militar, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às drogas (Proerd), da Polícia Comunitária e do Colégio Militar, com o objetivo de verificar se são consideradas políticas públicas de segurança ou apenas políticas de segurança pública, com o objetivo de sugerir que ações individualizadas, sem apoio do poder público, possam ser implementadas e que tenham a atenção e o apoio devidos.

O trabalho foi estruturado em capítulos, visando facilitar a compreensão do assunto.

No primeiro capítulo procurou-se discorrer sobre o histórico da cidade de Palmas-TO, local pesquisado, retratando sucintamente o seu quadro de saúde, educação, habitação, serviços e comunicação, além da segurança pública.

No segundo capítulo explanou-se sobre as questões da violência e da criminalidade, analisando o mapa da violência 2015.

O terceiro capítulo retratou as políticas públicas, os paradigmas da segurança e os programas realizados pela Polícia Militar na cidade de Palmas-TO.

Diante do enfoque apresentado, a pesquisa tem o objetivo de sugerir proposituras que possam contribuir com a melhoria da prestação de serviços à sociedade, através de ações que busquem a parceria e o envolvimento de todos no aprimoramento e implementação de políticas públicas voltadas à prevenção do crime e da violência.

1. HISTÓRICO DA CIDADE DE PALMAS

Palmas é a capital e também a maior cidade do Estado do Tocantins. Fundada em 20 de maio de 1989 possui uma população estimada de 272.726 habitantes, contando com 80% das quadras habitadas já pavimentadas e 98% da população com acesso a saneamento básico e água tratada. (IBGE,2012)

Por receber pessoas de praticamente todos os estados brasileiros, Palmas tem uma das mais importantes taxas de crescimento demográfico do País. O índice de desenvolvimento humano municipal IDHM (2010) foi de 0,788, considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, classificado como o maior da Região Norte, contando com uma incidência de pobreza de 29,52%. (PNUD,2011).

1.1 Saúde

Segundo IBGE (2012), Palmas dispunha de um total de 144 estabelecimentos de saúde, sendo 61 públicos e 83 privados, totalizando 364 leitos para internação e 2373 profissionais.

1.2 Educação

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o fator educação do IDH no município de Palmas atingiu 0,934, patamar considerado elevado, contando com uma taxa de analfabetismo de 6,33%. (IBGE,2012)

Em 2012 havia 95 estabelecimentos de ensino fundamental, 68 unidades pré-escolares, 31 escolas de nível médio, num total de 38.782 matrículas no ensino fundamental, 12.634 no ensino médio e 6.511 na fase pré-escolar. Conta, ainda, com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade Estadual do Tocantins (Unitins) e Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

1.3 Habitação, Serviços e comunicação

Segundo o IBGE, (2012), até o ano de 2010 a cidade dispunha de 68.679 domicílios entre apartamentos, casas e cômodos. Desse total, 37.113 eram imóveis próprios, sendo 31.989 próprios já quitados (46,57%), 5.124 em aquisição (7,46%) e 26.299 alugados (38,29%).

Destaca-se que grande parte do município conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa, telefonia celular. Naquele ano, 95,52% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 96,99% das moradias possuíam coleta de lixo e 94,23% das residências possuíam escoadouro sanitário. (IBGE, 2012).

1.4 Segurança Pública

Com o desenvolvimento da cidade, aumentaram também os problemas de segurança pública. Para enfrentar tais desafios, a Polícia Militar do Tocantins, destinada à preservação da ordem pública e à realização do policiamento preventivo, ostensivo e repressivo dispõe de uma organização básica estruturada em órgãos de direção, apoio, execução e especiais. (LEI COMPLEMENTAR Nº 003 - TO, 1990)

De acordo com o Plano de Articulação da Corporação, a cidade de Palmas dispõe de quatro Unidades Especializadas e dois Batalhões Operacionais destinados à proteção dos cidadãos que residem ou transitam pela capital.

2. VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

A violência e a criminalidade sempre estiveram presentes na história do nosso País, desde a sua colonização, que perdurou por mais de 300 anos. Milhares de nativos foram exterminados, negros foram escravizados e mesmo na atualidade, milhares de pessoas estão sujeitas às mais diversas formas de violência: fome, miséria, falta de expectativa, morte.

O Brasil convive, tragicamente com uma espécie de “epidemia de indiferença”, quase cumplicidade de grande parcela da sociedade, com uma situação que deveria estar sendo tratada como uma verdadeira calamidade social. (...) Isso ocorre devido a certa naturalização da violência e a um grau assustador de complacência do estado em relação a essa tragédia. É como se estivéssemos dizendo, como sociedade e governo, que o destino desses jovens já estava traçado. (ROQUE, 2012).

O diagnóstico da violência e da criminalidade nesse estudo foi realizado, exclusivamente, pela análise dos crimes de homicídio de adolescentes, de acordo com o Mapa da Violência 2015 baseado no sistema de informações de mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS).

De acordo com a pesquisa realizada, homicídios representam quase metade das causas de mortes de jovens de 16 e 17 anos no Brasil. Os dados indicam que a cada dia foram assassinados 10,3 adolescentes no País, no ano de 2013. (WAISELFISZ, 2015),

O pesquisador ressalta como grave e preocupante a tendência crescente dessa vitimização homicida na faixa de 16 e 17 anos de idade, saindo de uma taxa de 9,1 homicídios por 100 mil jovens em 1980 para 54,1 em 2013, crescimento equivalente a 496,4% e de responsável por 9,7% da mortalidade nessa faixa em 1980, passou para 46% em 2013, com a estimativa de que metade das mortes de nossos jovens em 2015 seja por homicídio.

Muito embora as menores taxas de homicídio de adolescentes de 16 e 17 anos tenham sido registradas em Tocantins (13,8), Santa Catarina (17,3) e São Paulo (21,3). Ainda assim são consideradas elevadas, pois ultrapassam o patamar epidêmico de 10 homicídios por 100 mil.

A pesquisa demonstra, ainda, que dentre as capitais, no período entre 2003 a 2013, Palmas registrou um aumento da taxa de homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos equivalente a 299%, saindo de 12,2 homicídios por 100 mil habitantes para 48,9 homicídios, enquanto a média das capitais da região norte foi de 76,2%.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas ocupam parte central na vida da sociedade, na medida em que são importantes instrumentos a contribuir para o bem-estar da sociedade. Trata-se de uma estratégia de ação, pensada, planejada e avaliada, guiada por uma racionalidade coletiva, na qual tanto o Estado quanto a sociedade desempenham papéis ativos. (PEREIRA, 2009)

Jenkins (1978) define políticas públicas como sendo “um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los”.

Thomas Dye (1972) nos oferece a definição mais conhecida numa formulação particularmente sucinta, em que descreve a política pública como “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”.

Importante ressaltar que as políticas públicas são influenciadas por paradigmas e traduz o desejo da sociedade ou de grupos da sociedade em determinado momento.

3.1 Paradigmas da segurança pública

O conceito de paradigma aqui é adotado como visões de mundo compartilhadas, que influenciam a forma de pensar de determinado grupo, em determinada época. (KUHN, 2003).

Os paradigmas são crenças, valores e conceitos que predominam no governo e na sociedade em determinada localidade e período, podendo influenciar a formulação das políticas públicas ou indicar possíveis tendências. (FREIRE, 2009)

As políticas públicas são processos políticos que não nascem prontas, mas, são construídas em arenas políticas compostas por diversos atores institucionais com diversos interesses, que em determinados momentos são, inclusive, conflitantes.

3.2 Paradigmas da Segurança Interna ou Segurança Nacional

De acordo com Oliveira (1976), a base conceitual para atuação do Estado, no período compreendido como Ditadura Militar, fundamentava-se na Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento. Dessa forma, o conceito de Defesa Nacional estava intimamente associado à defesa do Estado, dando destaque às Forças Armadas, como argumento de que eram essenciais à execução da política de Segurança Nacional, no sentido de contenção do perigo de expansão do comunismo.

3.3 Paradigmas de Segurança Pública

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade pela segurança pública passa a ser prioritariamente dos estados, por serem estes os responsáveis pela gestão das polícias civil e militar.

Essa percepção fortaleceu o argumento de que o controle do problema público da criminalidade era uma questão relacionada às instituições policiais, atribuindo um papel menos definido a outros atores institucionais como Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Prisional. (ADORNO, 1999).

3.4 Paradigmas da Segurança Pública com Cidadania

Com o aumento exponencial dos indicadores de criminalidade e a generalização da sensação de insegurança o problema público da criminalidade passou a ser visto não apenas como uma responsabilidade das forças policiais estaduais, mas de novos atores como os governos municipais, inclusive a exemplo de experiências internacionais. (GUINDANI, 2004)

Mesquita Neto (2001) ressalta que a criminalidade e a violência seriam problemas de múltiplas causas: Psicológicas, Culturais, Econômicas, Políticas e Sociais.

Segundo ele, a complexidade das causas destes fenômenos implicaria uma menor tendência de sucesso de ações alicerçadas apenas em atividades repressivas, ou ações desenvolvidas apenas por um ator, como as instituições policiais.

Dentre os fatores explicativos da violência e da criminalidade, enquanto a multicausalidade do fenômeno, destacam-se os seguintes:

- Ausência de capital social: sugere que os problemas de violência urbana estão associados ao crescimento desordenado das cidades (descrença nas instituições);
- Fatores de risco: onde o aumento da violência está associado a alguns fatores sociais, culturais e espaciais, tais como armas, álcool e grupos vulneráveis;
- Contexto urbano inadequado: relação entre o contexto urbano e o comportamento das pessoas;
- Tipologia da delinquência: Iniquidade/desigualdade social e marginalidade urbana. (IDH e índice de Gini);
- Concentração de delitos em determinadas áreas ou cenários: manifestações de violência em determinadas áreas;
- Ineficácia institucional: Falta de capacidade da polícia para atuar, impunidade e problema carcerário.

Conforme verifica o autor, políticas de segurança pública com cidadania devem ser articuladas através da combinação de ações de natureza preventiva e repressiva, realizada por diversos atores institucionais.

as evidências empíricas disponíveis não permitem afirmar que as estratégias preventivas de controle da criminalidade são mais eficazes do que as estratégias repressivas, ou vice-versa. (SAPORI,2007)

No mesmo sentido, é o que nos revela o trabalho referencial elaborado na segunda metade da década de 1990, por (Sherman apud Saporì,2007):

na medida em que prevenção e repressão são concebidas como polos opostos e excludentes, reduz-se a capacidade do Estado em prover a ordem pública com efetividade.

3.5 Políticas Públicas de Segurança X Políticas de Segurança Pública

Para Oliveira (2002), política de segurança pública é expressão referente às atividades tipicamente policiais, correspondendo à atuação policial strictu sensu, ao passo que política pública de segurança engloba as diversas ações, governamentais ou não-governamentais, que sofrem ou causam impacto no problema da criminalidade e da violência.

Entendimento semelhante adotado afirma que políticas de segurança pública são os instrumentos e meios institucionais destinados ao combate da violência e à manutenção da ordem pública, centrando a sua ação, principalmente, no aparato policial. Já as políticas públicas de segurança, mais abrangentes, devem ser entendidas como o conjunto de políticas públicas – que inclui as políticas de segurança, mas não se restringe às práticas relacionadas com o controle direto da criminalidade através da ação policial – principalmente as de caráter socioeconômico que possibilitam, de forma integrada com os órgãos públicos e da sociedade civil organizada, a contenção das diversas formas de violência – inclusive a criminal – das ilegalidades e das desordens sociais, priorizando os métodos preventivos e as formas não violentas de manutenção de paz social.” (DORNELLES apud NOGUEIRA JÚNIOR, 2006).

3.6 Programas implementados pela Polícia Militar na cidade de Palmas-TO.

Na política de segurança pública estão incluídas ações preventivas e repressivas, desde que voltadas especificamente para fins de manutenção da ordem pública. A política educacional, por exemplo, objetivando especificamente resultados

sobre a criminalidade e a violência e que impliquem na manutenção da ordem pública é considerada política de segurança pública.

Dentre diversos programas, o Proerd, a Polícia Comunitária e o Colégio Militar atuam diretamente na prevenção, voltado especificamente para a manutenção da ordem pública.

. Programa Educacional de Resistência às drogas e à violência (Proerd)

O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) é um programa de caráter preventivo social que tem por referência o projeto D.A.R.E (Drug Abuse Resistance Education) criado em 1983 nos Estados Unidos, pela professora Ruth Rich, do Distrito Escolar de Los Angeles. (RATEKE, 2006)

O programa é desenvolvido em 58 países, tendo chegado ao Brasil no ano de 1992 através da Polícia Militar do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, na Polícia Militar do Estado de São Paulo, daí, expandindo para os demais estados. No Tocantins o Proerd foi instituído no ano de 2002, como iniciativa da Polícia Militar na prevenção às drogas e a ações que gerem violência, tendo atendido até o ano de 2014 um total de 272.657 crianças e adolescentes e 2.961 pais. (PROERD TOCANTINS, 2015)

O programa tem amparo e fundamento em Brasil (1988), ao estabelecer, em seu artigo 227, a prioridade de cuidados às crianças e adolescentes:

É dever da Família, da Sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (texto adaptado)

No mesmo sentido a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece em seu artigo 2º:

a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, que tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; (texto adaptado)

Finalmente a Lei Estadual nº 2.755, de 28 de Agosto de 2013, que reconhece o Proerd como programa institucional do Estado do Tocantins.

Dispõe sobre o programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, e adota outras providências.

O Governador do Estado do Tocantins: Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecido como programação institucional do Estado do Tocantins o programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD.

Art. 2º O PROERD, reunindo esforços dos governos e da sociedade, em especial as famílias, as escolas e a polícia militar do Estado do Tocantins - PMTO tem por finalidades:

I - conscientizar as crianças e os adolescentes quanto aos efeitos negativos do uso de drogas lícitas e ilícitas;

II - fortalecer a autoestima das crianças e dos adolescentes, com opções para uma vida saudável, longe das drogas e da violência;

III - sensibilizar as crianças e os adolescentes para os valores morais e éticos, de modo a viabilizar a construção de uma sociedade justa, sadia, segura e feliz;

IV - esclarecer os pais ou responsáveis sobre os efeitos nocivos das drogas e a importância do fortalecimento da estrutura familiar;

V - prevenir a criminalidade;

VI - fortalecer a interação da PMTO com a comunidade.

Embora a eficiência do Proerd não tenha sido objeto de constantes pesquisas, o que se verifica é que se trata de uma iniciativa importante e que contribui na formação de nossas crianças e jovens.

A Universidade de São Paulo (USP), no ano de 2004, elaborou pesquisa científica coordenada pela Dra Sueli de Queiróz, pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e outras Drogas – GREA, evidenciando que o Proerd alcançou a média de 95% de aprovação no Brasil. Segundo a pesquisa, o programa não apenas orienta as crianças sobre as drogas e suas consequências, mas – e fundamentalmente – fortalece a autoestima e ajuda a formar o caráter. (GREA, 2013)

O Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID - realiza pesquisa todos os anos e os resultados recentes confirmam que a maioria dos jovens que passaram por projetos sociais como o proerd se afastou das drogas. (CEBRID, 2008)

Segundo a pesquisa feita pela Secretaria de Estado e Defesa Social (SEDS) de Minas Gerais, 71,2% dos alunos entrevistados deram nota máxima ao trabalho realizado pelo Proerd. Já os instrutores que participaram da entrevista acreditam que a palavra prevenção é a que melhor caracteriza o programa. (SEDS, 2008)

Em 2001, o Proerd foi institucionalizado o programa capaz de combater o uso de drogas no país, sendo, segundo o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), o parceiro estratégico para o desenvolvimento de ações primárias de prevenção ao uso e ao tráfico de drogas, no âmbito do Sistema Nacional de Política sobre Drogas – SISNAD. (DAOp, 2010).

Em pesquisa realizada na cidade de Palmas-TO, notou-se que 59% da comunidade escolar conhece profundamente o Proerd e estão satisfeitos com a execução do projeto, 31% do corpo docente observou como mudança dos alunos a participação e a disciplina mais elevadas, atribuindo nota 9 ao programa.

. Polícia Comunitária

Trata-se de uma filosofia e uma estratégia organizacional que proporciona parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que ambas devem trabalhar para identificar, priorizar e resolver problemas como crimes, drogas, medos, desordens e até mesmo a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade geral de vida das pessoas. A filosofia orienta que as ações preventivas sejam priorizadas, seja através da orientação, do aconselhamento, da discussão, palestras ou campanhas. (TROJANOWICZ, 1994)

No Tocantins o Programa de Polícia Comunitária foi lançado em Palmas no dia 19 de janeiro de 2001, sendo que no dia 17 de março de 2002 foi criado o Conselho Provisório de Segurança Pública e em 17 de setembro do mesmo ano foi implantada a primeira Base em Palmas, na ARNO 61. Posteriormente foram implantadas as bases da ARNE 51 e ARSE 112. (PMTTO, 2015)

. Colégio Militar

O Colégio Militar de Palmas (CPM) foi instalado em 18 de agosto de 2009. A nova unidade de ensino surgiu de uma parceria entre a Polícia Militar e a Secretaria Estadual de Educação, com a missão de contribuir para a educação de jovens, visando um ensino de qualidade e a formação cidadã e integral dos discentes, através de cursos profissionalizantes.

O Colégio da Polícia Militar conta hoje com 1358 alunos, sendo 750 no ensino médio e 608 no ensino fundamental. Ressalte-se que não há registro de evasão escolar no ano em curso. (PMTTO, 2015)

Ressalte-se, ainda, que o Colégio Militar de Palmas é o primeiro colocado, entre as escolas públicas, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

4. METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se essencialmente na compilação de obras publicadas, consultas a artigos em *sites* e revistas especializadas a respeito do tema. Posteriormente, iniciou-se a leitura crítica e interpretativa das obras e anotações julgadas relevantes selecionando tópicos e assuntos a serem discutidos.

A introdução ao trabalho se deu através da revisão dos objetivos da pesquisa bibliográfica e das leituras até então realizadas.

A investigação foi focada num diagnóstico acerca da percepção da população de Palmas a respeito das políticas públicas, bem como na imagem institucional da Polícia Militar do Estado do Tocantins.

Tratou-se de uma pesquisa exploratória descritiva realizada por intermédio da revisão em literaturas com conteúdos pertinentes, além da aplicação de questionários e entrevistas, numa abordagem quantitativa e qualitativa, por amostragem.

A organização e tabulação dos dados obtidos mediante o questionário de questões fechadas, aplicado por líderes comunitários, sem a identificação dos respondentes, visou proporcionar maior credibilidade e transparência.

Alguns dos resultados obtidos, considerados como primordiais, foram apresentados em tabelas e gráficos, facilitando a compreensão das informações.

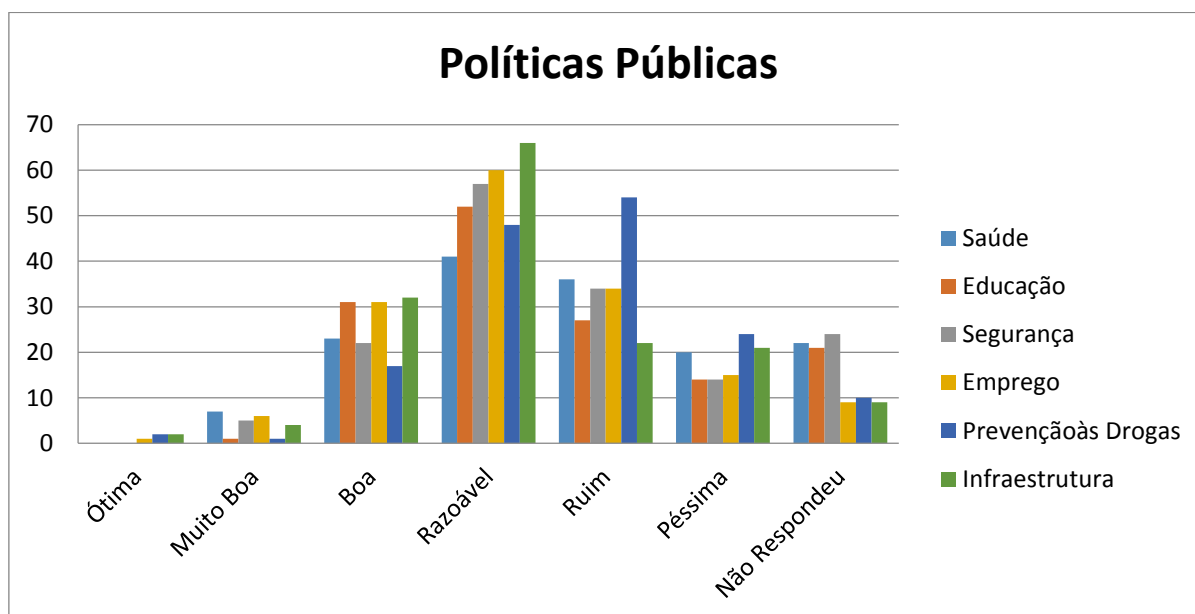
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, foram apresentados os resultados da pesquisa realizada junto ao público da cidade de Palmas e a análise dos resultados. Em virtude do grande número de perguntas apenas aquelas relacionadas diretamente ao tema abordado estão demonstradas em gráfico, sendo que as outras serviram apenas para subsidiar e confirmar as informações.

5.1 Avaliação do questionário aplicado

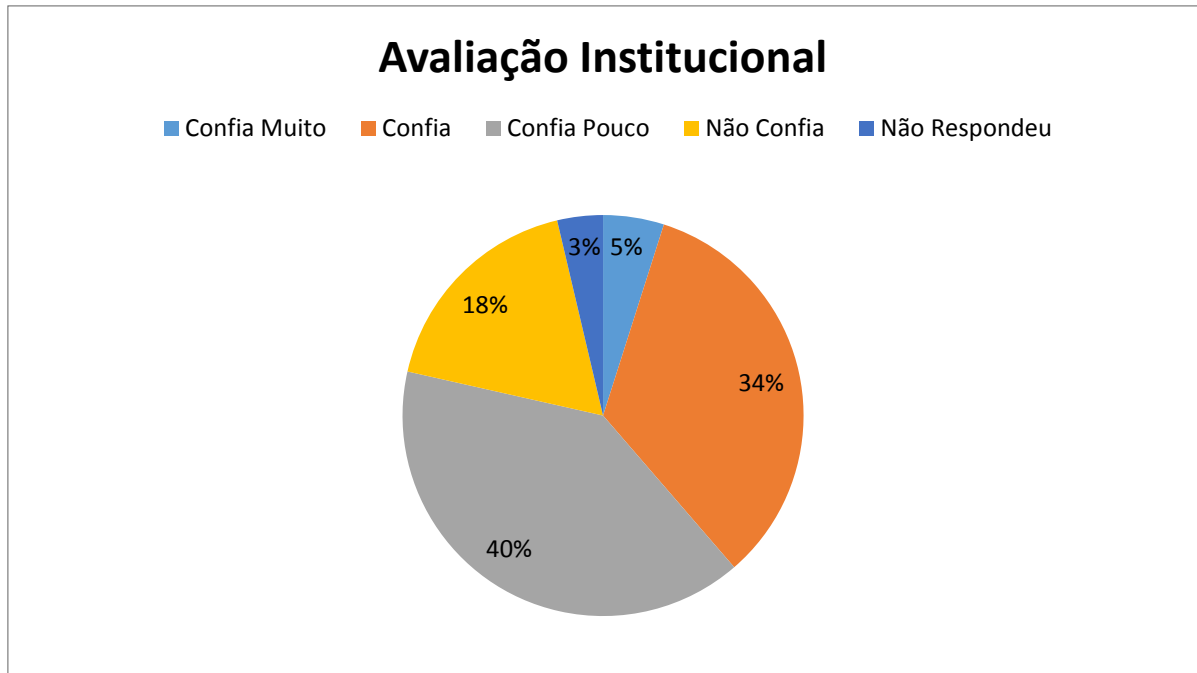
A pesquisa foi aplicada para um público de 318 entrevistados, numa proporção equitativa com o número de pessoas em relação aos bairros da Capital.

O resultado da pesquisa está demonstrado através das perguntas realizadas, e com base nelas, foi feita a avaliação de cada item proposto.



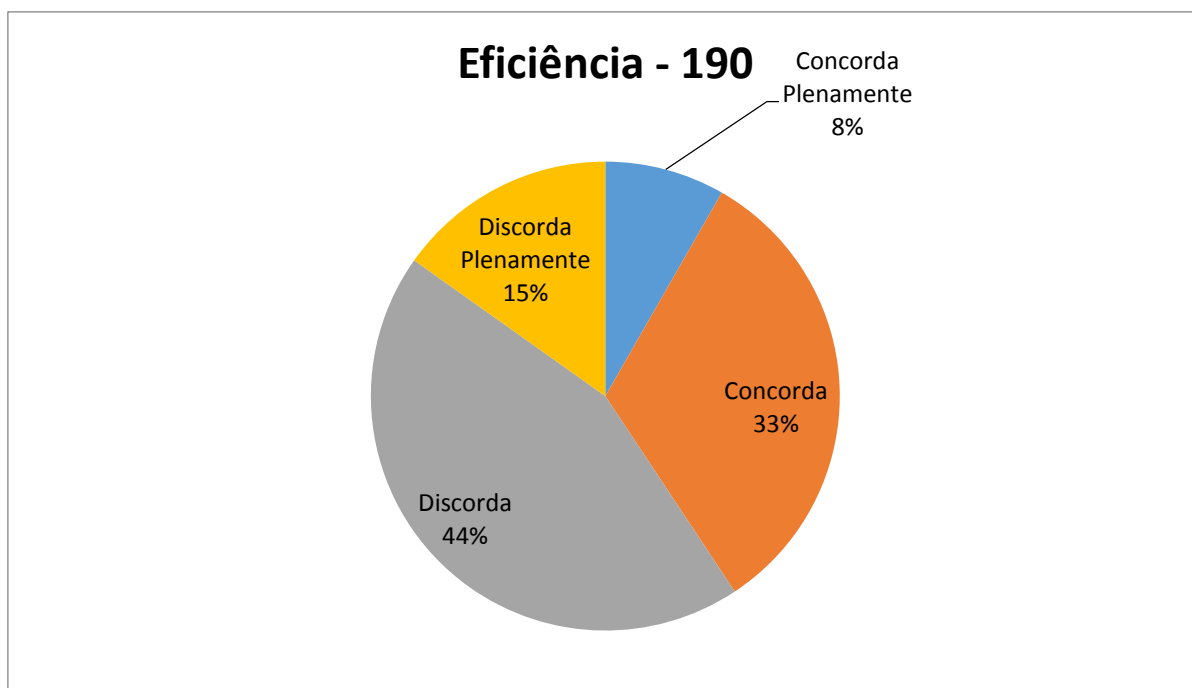
. Gráfico 1: Percepção das Políticas Públicas

Questionados sobre a percepção das políticas públicas verificou-se uma grande preocupação, pois, todos os setores foram avaliados entre os níveis de razoável a ruim. Apenas para exemplificar, na saúde verificou-se que ninguém a reconheceu como Ótima, 5% avaliou como Muito Boa, 15% como Boa, 28% como Razoável, 24% como Ruim, 13% como Péssima e 15% que não responderam.



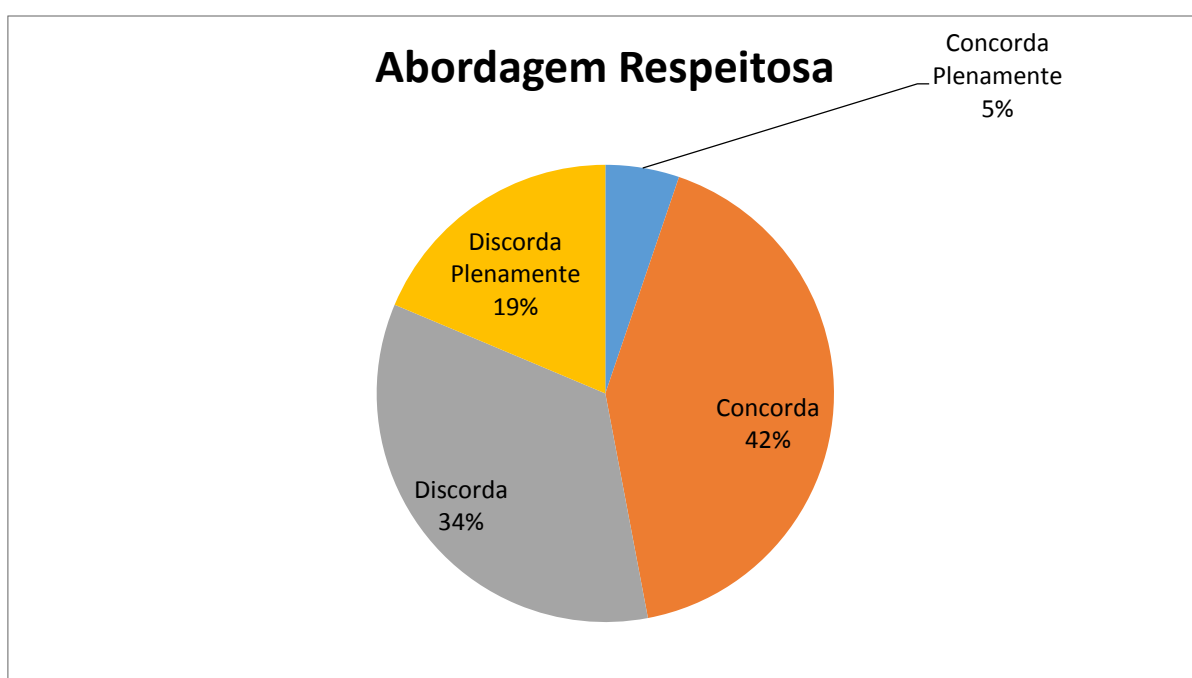
. Gráfico 2: Percepção e avaliação Institucional

Questionados sobre o nível de confiança na Polícia Militar observou-se que houve uma equivalência dos resultados nas regiões pesquisadas (Centro, Sul e Norte). Ficou demonstrado que, embora haja um nível de confiança ainda razoável, a Instituição precisa se preocupar em melhorar sua imagem, o que só será possível com ações que aproximem mais a polícia da sociedade.



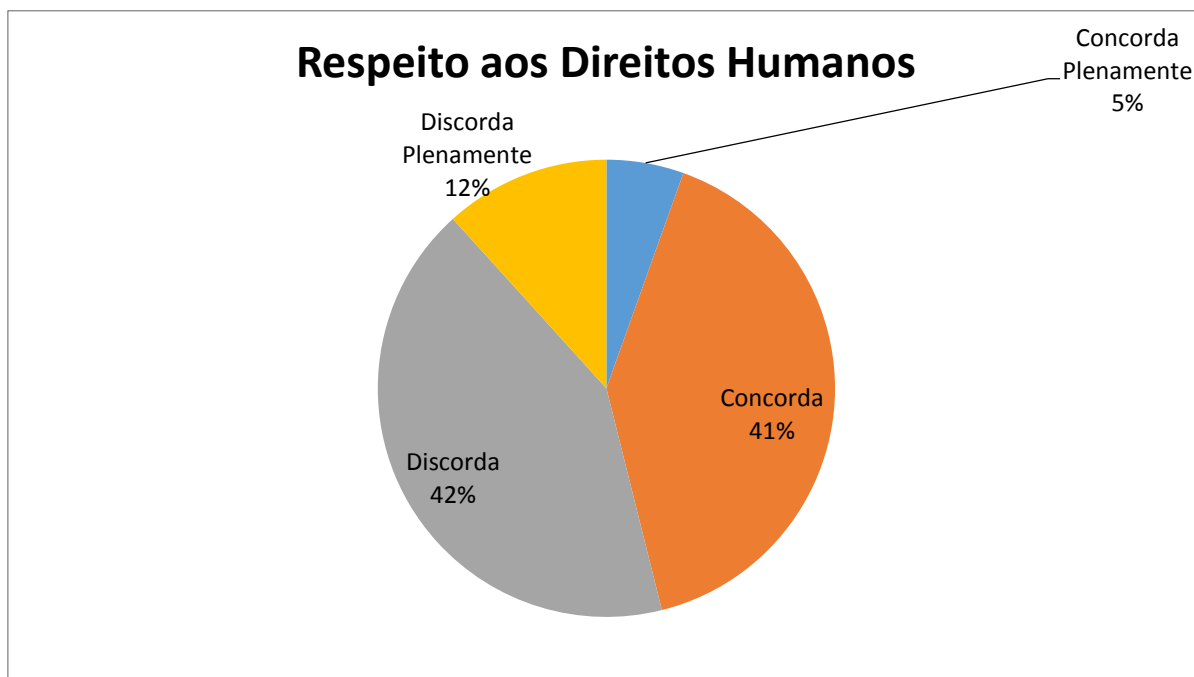
. Gráfico 3: Análise da eficiência no atendimento 190

Da análise das informações levantadas observou-se que alguns serviços precisam ser melhorados. No caso do atendimento via telefone 190, 59% população caracteriza o serviço como ineficiente.



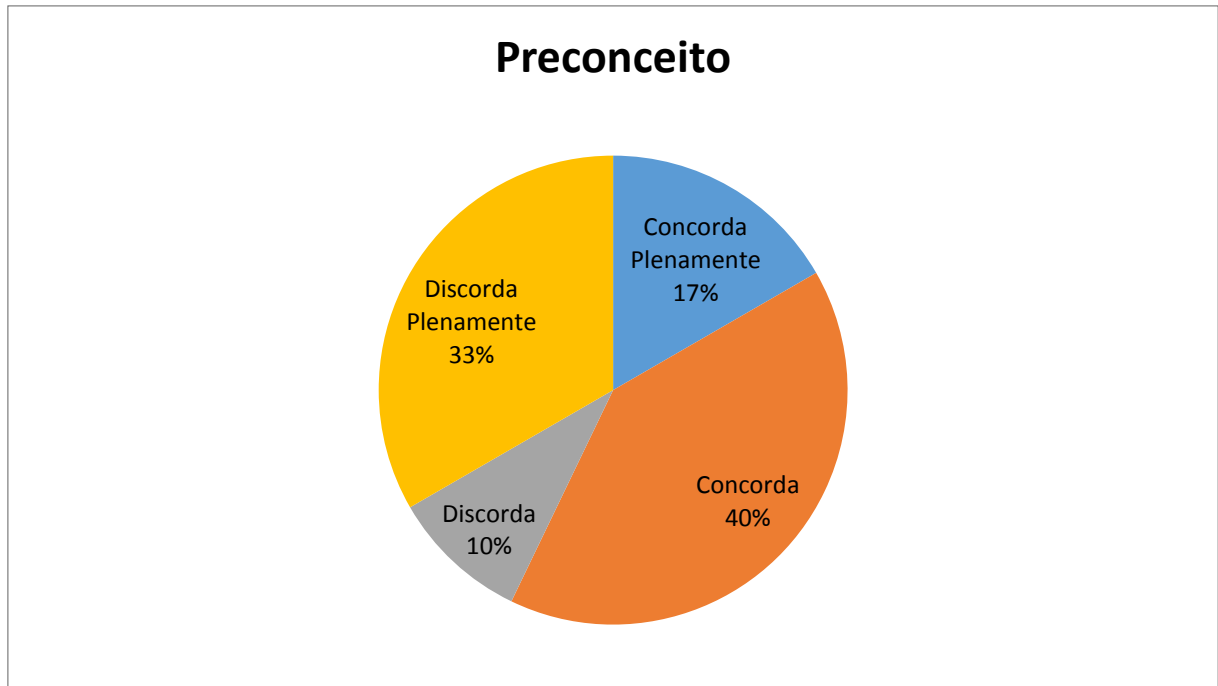
. Gráfico 4: Percepção quanto ao respeito durante as abordagens

Da análise das informações, observou-se a necessidade de se rever o trabalho realizado nas ruas, uma vez que mais da metade da população (53%) entende como desrespeitosa a abordagem realizada pela Polícia Militar.



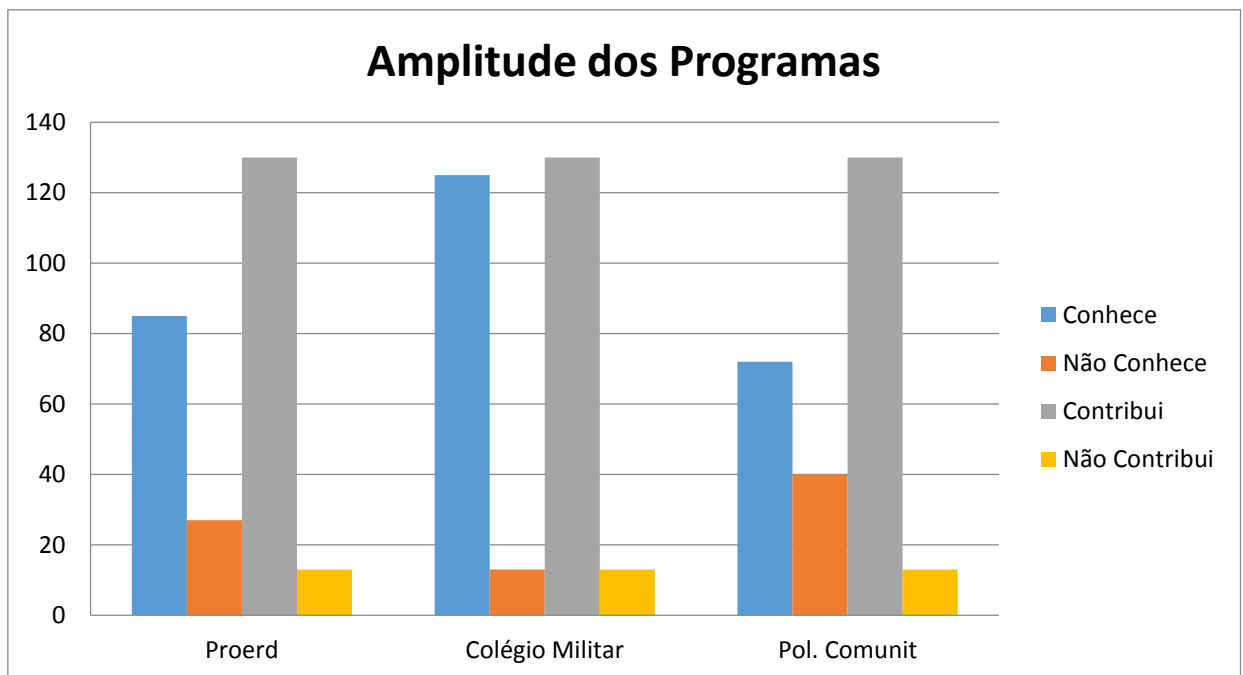
. Gráfico 5: Percepção quanto ao Respeito aos Direitos Humanos

Verifica-se a necessidade de melhoria do trabalho realizado diretamente junto à sociedade, uma vez que (54%) estão convictas de que a Instituição não respeita dos direitos humanos.



. Gráfico 6: Percepção quanto ao tratamento preconceituoso

O que se verificou é que os entrevistados percebem um alto grau (57%) de preconceito nas abordagens policiais.



. Gráfico 7: Percepção das Programas desenvolvidos pela Corporação

Quanto aos programas desenvolvidos pela Polícia Militar na cidade de Palmas, o que se verificou é que são bastante conhecidos e considerados como de fundamental importância na prevenção da criminalidade e da violência.

5.2 Recomendações

Através dos gráficos apresentados observou-se que a população da cidade de Palmas-TO não está satisfeita com nenhum dos serviços públicos prestados pelo Estado. Especificamente quanto à Segurança Pública, o que se verificou é que a prestação de serviço não tem sido considerada eficiente, gerando um desgaste para a imagem institucional.

De outro lado, há o reconhecimento que os projetos realizados pela Polícia Militar (Proerd, Polícia Comunitária, Colégio Militar) são importantes para a prevenção ao crime e à violência.

Portanto com os resultados obtidos, espera-se da corporação um compromisso cada vez maior com a prevenção, ampliando seus programas, tanto na cidade de Palmas, como nas demais cidades do Estado.

Diante destas considerações, segue abaixo algumas sugestões:

- Ampliação do número de instrutores do PROERD, com o objetivo de aumentar o montante de escolas atendidas;
- Implementar o reforço sobre prevenção às drogas em outras séries escolares, uma vez que apesar do reconhecimento da importância do Proerd, os entrevistados afirmaram que o programa é muito curto e deveria acompanhar a vida escolar do aluno;
- Intensificação da Polícia Comunitária, envolvendo os atores sociais responsáveis pela segurança pública, buscando identificar, discutir e resolver os problemas, conjuntamente;
- Aumentar o número de Escolas Militares, trabalhando a prevenção primária, aumentando a parceria entre polícia, escolas e família;
- realizar cursos de capacitação, visando a melhoria no atendimento, tanto para a equipe administrativa (atendentes 190) quanto para a equipe operacional (integrantes de radiopatrulha);
- Realizar cursos de Abordagens, Direitos Humanos, proteção a grupos vulneráveis, polícia comunitária, dentre outros;

- Implementar o Procedimento Operacional Padrão (POP), visando padronizar as ações por parte dos integrantes da Corporação;
- Realizar outras ações preventivas, a exemplo de Escolinhas de Futebol nos quarteis, escolas de música, palestras sobre civismo, trânsito, drogas, etc

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são essenciais para o atendimento das necessidades da sociedade.

A análise da pesquisa mostra a necessidade urgente de se implementar ações preventivas, em consonância com as ações repressivas, visando melhorar a prestação de serviços à sociedade, bem como melhorar a imagem institucional.

O que se verificou é que as políticas públicas de segurança, embora existam, não dispõem da atenção e dos recursos necessários para atender um público maior e que acontecem muito mais pela iniciativa própria de alguns integrantes do que como ação institucionalizada.

O estudo oferece a oportunidade dos gestores conhecerem as percepções da população acerca das políticas públicas, bem como a imagem que têm em relação à Polícia Militar, oportunizando o desenvolvimento de ações que possam mudar esse quadro e aproximar a polícia da sociedade, melhorando a imagem institucional.

Por fim, propõe-se a ampliação de ações preventivas e a realização de cursos para melhorar o atendimento e aumentar o nível de satisfação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada. *Sociedade e Estado*, v. 10, n. 2, 1999.

ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, 1998.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

CEBRID. Resultados da pesquisa de avaliação sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd. Boletim CEBRID nº 57, 2008. Disponível em: <<http://200.144.91.102/sitenovo/conteudo.aspx?cd=636>>. Acesso em 23 set 2015.

DIRETORIA DE APOIO OPERACIONAL - DAOp. Programa Educacional de Resistência às drogas - Coordenação Estadual do Proerd – PMMG, 2010.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. Englewood Clifs, NJ: Prentice-Hall, 1972. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

FREIRE, Moema Dutra. Paradigmas de Segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias. *Revista Brasileira de Segurança Pública* | Ano 3 Edição 5 Ago/Set 2009

GUINDANI, Miriam. O Processo de Gestão da Segurança Municipal. O Público e o Privado. N 04, Julho/ Dezembro, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 12 set. 2015.

JENKINS, William I. Policy Analysis a Political and Organizational Perspective. Londres: Martin Robertson, 1978. Tradução técnica Francisco G. Heidemann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira (trad). 3a edição, São Paulo, Perspectiva, 2003.

MESQUITA NETO, P. A violência do cotidiano. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Cadernos Adenauer, 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Crime,violencia%20e%20incerteza%20politica%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2015.

MINAS GERAIS - Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e outras Drogas – GREA, 2013.

Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS. Avaliando o Proerd: aceitação e efetividade – Governo de Minas, 2008.

MINGARDI, Guaracy. A violência na zona sul de São Paulo. São Paulo: Núcleo de Estudos de Violência da Universidade de São Paulo, 1996.

NOGUEIRA JÚNIOR, A. Segurança nacional, segurança pública e direito à informação pública. In: NOGUEIRA JÚNIOR, A. Segurança nacional, pública, nuclear e o direito à informação. Rio de Janeiro; UniverCidade Ed., 2006.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt et al. Das Políticas de Segurança Pública às Políticas públicas de Segurança. São Paulo: Ilanud, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.

PEREIRA, P. A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e de direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO TOCANTINS - PMTO, 2015.

PNDU - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano 2011. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0#>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

RATEKE, Deise. A Escola Pública e o PROERD: Tramas do Agir Policial na Prevenção às Drogas e às Violências. Florianópolis: UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.ppge.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/tese_di/arquivos/62.pdf>. Acesso em 18 set. 2015.

SAPORI, L. F. Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TOCANTINS. LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990. Publicado no Diário Oficial nº 60 Dispõe Sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Tocantins, e dá outras providências. Disponível em: www.al.to.gov.br/arquivo/6217, acesso em 21 out. 2015.

Lei Estadual nº 2.755, de 28 de Agosto de 2013, Publicada no Diário Oficial nº 3.952 Dispõe sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD, e adota outras providências.

Polícia Militar do Estado do. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Disponível em: <http://pm.to.gov.br/proerd-programa-educacional-de-resistencia-as-drogas-e-a-violencia/>. Acesso em 23 out. 2015.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento Comunitário: Como Começar. RJ: POLICIALERJ, 1994.

WASELFISZ, J.J. Mapa da violência 2015. Adolescentes de 16 e 17 anos do Brasil. Brasília. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO. Rio de Janeiro 2015.

APÊNDICES
APÊNDICE
QUESTIONÁRIO



QUESTIONÁRIO

1. Sexo:

1. ☐ Masculino
2. ☐ Feminino

2. Qual é a sua idade (em anos completos)?

3. Escolaridade: qual é o seu nível de escolaridade?

1. ☐ Não escolarizado(a)
2. ☐ Ensino fundamental incompleto
3. ☐ Ensino fundamental completo
4. ☐ Ensino médio incompleto
5. ☐ Ensino médio completo
6. ☐ Ensino superior incompleto
7. ☐ Ensino superior completo ou pós-graduação

4. Etnia: qual é a sua cor ou raça?

1. ☐ Branca
2. ☐ Preta
3. ☐ Amarela (origem japonesa, chinesa, coreana etc.)
4. ☐ Parda
5. ☐ Indígena

5. Situação conjugal: qual é o seu estado civil?

1. ☐ Casado(a).
2. ☐ Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente.
3. ☐ Divorciado(a).
4. ☐ Viúvo(a).
5. ☐ Solteiro(a).

6. Trabalho – na semana passada, você:

Marcar apenas uma opção. Se a resposta na questão 5 for diferente de 1 ou 2, ir para a questão 7.

1. ☐ Tinha um trabalho remunerado
2. ☐ Tinha um trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado por algum motivo (férias, licença, greve, doença etc.)
3. ☐ Exerceu apenas tarefas de cultivo, pesca ou criação de animais destinadas à própria alimentação e das pessoas moradoras no domicílio
4. ☐ Exerceu apenas tarefas de construção destinadas ao próprio uso e das pessoas moradoras do domicílio
5. ☐ Exerceu outro tipo de atividade não remunerada
6. ☐ Exerceu apenas tarefas domésticas no próprio domicílio
7. ☐ Não trabalhou e não procurou trabalho remunerado (inativo)
8. ☐ Não trabalhou, mas procurou trabalho remunerado (desempregado)

7. Trabalho – no trabalho único ou principal da semana passada, você era:
Marcar apenas uma opção.

1. ☐ Empregado com carteira assinada
2. ☐ Empregado sem carteira assinada
3. ☐ Servidor público civil ou militar
4. ☐ Trabalhador doméstico com carteira assinada
5. ☐ Trabalhador doméstico sem carteira assinada
6. ☐ Trabalhador por conta própria ou autônomo
7. ☐ Empregador
99. ☐ Não se aplica

8. Agora, vamos falar de como você se sente em relação à sua vida. Vou ler algumas opções e gostaria que você indicasse em qual delas melhor se aplica.

1. ☐ Minha vida é muito próxima daquilo que considero ideal
2. ☐ Minha vida é razoavelmente próxima daquilo que considero ideal
3. ☐ Minha vida não é muito próxima do que considero ideal
4. ☐ Minha vida não é nem um pouco próxima do que considero ideal
77. ☐ Não respondeu
88. ☐ Não sabe

9. Percepção de mobilidade social – Considerar todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as fontes de rendimento. Nos últimos três anos, você percebe que a renda da sua família:

1. ☐ Melhorou muito
2. ☐ Melhorou pouco
3. ☐ Permaneceu igual
4. ☐ Piorou pouco
5. ☐ Piorou muito

10. Você conhece alguém que é beneficiário do Programa Bolsa Família?

1. () Não
2. () Sim, eu mesmo
3. () Sim, alguém da minha família que vive em minha casa
4. () Sim, alguém da minha família, mas que não vive em minha casa
5. () Sim, alguém que não é da minha família

11. Renda: considerando-se todas as pessoas da sua família que vivem em sua casa e todas as suas fontes de renda, qual foi a renda total obtida no último mês?

Considerar o rendimento líquido total da família e indicar o número de integrantes.

Rendimento familiar per capita. Devem ser somadas todas as fontes de renda – salário, aposentadoria, pensão, programas sociais, aluguel, remuneração financeira etc.

SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA

12. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que um assalto à mão armada aconteça com você.

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
4. () Não respondeu
5. () Não sabe

13. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de ser vítima de assassinato.

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
4. () Não respondeu
5. () Não sabe

14. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que aconteça um arrombamento e roubo em sua casa.

1. () Muito medo
2. () Um pouco de medo
3. () Nenhum medo
4. () Não respondeu
5. () Não sabe

15. Gostaria de saber se você tem muito medo, um pouco de medo ou nenhum medo de que alguém venha a agredir ou tentar agredir você na rua.

- 1. () Muito medo**
- 2. () Um pouco de medo**
- 3. () Nenhum medo**
- 4. () Não respondeu**
- 5. () Não sabe**

PERCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
Se os entrevistados ficarem em dúvida e falarem frases como “Confiança em relação a quê? De que eles vão nos proteger, de que não vão nos roubar, de não serem corruptos?”, informar ao entrevistado que é de uma forma geral, ou seja, se eles confiam nos policiais, se acham que eles fazem um bom trabalho, de forma dedicada e sem corrupção.

16. Você confia na Polícia Militar do Tocantins?

- 1. () Confia muito**
- 2. () Confia**
- 3. () Confia pouco**
- 4. () Não confia**
- 5. () Não respondeu**
- 6. () Não sabe**

17. Você confia na Polícia Civil do Tocantins?

- 1. () Confia muito**
- 2. () Confia**
- 3. () Confia pouco**
- 4. () Não confia**
- 5. () Não respondeu**
- 6. () Não sabe**

18. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: “A Polícia Militar do Tocantins atende a emergências (via telefone 190) de forma rápida e eficiente”?

- 1. () Concorda plenamente**
- 2. () Concorda**
- 3. () Discorda**
- 4. () Discorda totalmente**
- 5. () Não respondeu**
- 6. () Não sabe**

19. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: “A Polícia Militar do Tocantins aborda as pessoas de forma respeitosa na rua”?

1. ☐ Concorde plenamente
2. ☐ Concorde
3. ☐ Discorde
4. ☐ Discorde totalmente
5. ☐ Não respondeu
6. ☐ Não sabe

20. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: “A Polícia Civil do Tocantins registra as queixas e denúncias feitas pelas pessoas de forma atenciosa e eficiente”?

1. ☐ Concorde plenamente
2. ☐ Concorde
3. ☐ Discorde
4. ☐ Discorde totalmente
5. ☐ Não respondeu
6. ☐ Não sabe

21. Em que medida você concorda, ou não, com a seguinte afirmação: “A Polícia Civil do Tocantins realiza investigações sobre crimes de forma rápida e eficiente”?

1. ☐ Concorde plenamente
2. ☐ Concorde
3. ☐ Discorde
4. ☐ Discorde totalmente
5. ☐ Não respondeu
6. ☐ Não sabe

22. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Tocantins respeitam os direitos dos cidadãos?

1. ☐ Concorde plenamente
2. ☐ Concorde
3. ☐ Discorde
4. ☐ Discorde totalmente
5. ☐ Não respondeu
6. ☐ Não sabe

23. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Tocantins tratam as pessoas com preconceito, ou seja, tratam as pessoas de forma diferenciada dependendo da cor da pele, da posição social, da idade, da orientação sexual etc.?

1. ☐ Concorde plenamente

2. ☐ Concorda
3. ☐ Discorda
4. ☐ Discorda totalmente
5. ☐ Não respondeu
6. ☐ Não sabe

24. Em sua opinião, qual é a principal causa da criminalidade em Palmas?

Mostrar cartão.

1. ☐ A pobreza
2. ☐ A desigualdade social
3. ☐ Falta de investimento em educação
4. ☐ Falta de investimento nas polícias
5. ☐ A corrupção dentro das polícias
6. ☐ A corrupção dos políticos
7. ☐ Aumento do tráfico de drogas
8. ☐ Outra causa
9. ☐ Não respondeu
10. ☐ Não sabe

25. Na sua percepção, qual a principal dificuldade que as polícias enfrentam para realizar o seu trabalho?

Mostrar cartão.

1. ☐ A violência dos criminosos
2. ☐ Aumento do tráfico de drogas
3. ☐ O aumento da criminalidade
4. ☐ A falta de preparo dos policiais
5. ☐ As falhas da Justiça
6. ☐ A falta de programas para prevenir a criminalidade
7. ☐ Baixos salários pagos aos policiais
8. ☐ O grau de corrupção dentro das polícias
9. ☐ A falta de investimento nas polícias
10. ☐ Falta de apoio por parte da população
11. ☐ Falta de apoio por parte dos políticos
12. ☐ Outra dificuldade
13. ☐ Não respondeu
14. ☐ Não sabe

26. Quando os jovens vão decidir sobre o tipo de carreira que querem seguir, pensam em várias opções. Em sua opinião, em que medida ser policial é uma boa

opção de trabalho para os jovens?

1. ☐ É uma ótima opção
2. ☐ É uma opção muito boa
3. ☐ É uma opção razoável

4. () É uma péssima opção

27. De uma forma geral, em que medida você concorda que os policiais no Tocantins recebem uma boa formação e que são bem preparados para cumprir as suas funções?

1. () Concorda plenamente
2. () Concorda
3. () Discorda
4. () Discorda totalmente
5. () Não respondeu
6. () Não sabe

EXPERIÊNCIA ANTERIOR COM INSTITUIÇÕES POLICIAIS

28. Gostaria que você informasse quais são, das situações abaixo, aquelas pelas quais você já passou na sua vida.

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Já foi a uma delegacia da Polícia Civil para prestar uma queixa
2. () Já telefonou para o 190 para chamar a Polícia Militar
3. () Já parou um policial na rua para te ajudar em uma situação de emergência
4. () Não respondeu (vá para a questão 35)
5. () Não sabe (vá para a questão 35)

29. Em alguma dessas situações em que você procurou a polícia, alguma dessas coisas já aconteceu com você?

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Foi ameaçado por policiais
2. () Foi extorquido por policiais
3. () Foi ofendido verbalmente por policiais
4. () Foi agredido fisicamente por policiais
5. () Nenhuma das situações
6. () Não respondeu
7. () Não sabe

30. Considerando apenas a última vez que você procurou a polícia, gostaria que você informasse se:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. () Os policiais foram educados
2. () Os policiais tentaram ajudá-lo a resolver o seu problema
3. () Nenhuma das situações
4. () Não respondeu
5. () Não sabe

31. Gostaria de saber se você:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. ☐ Já teve a experiência de ser parado em uma blitz da polícia, independentemente de ser ou não o condutor do veículo.
2. ☐ Ao estar na rua, você já teve a experiência de ser abordado pela polícia e passar por uma revista.
3. ☐ Nenhuma das situações (vá para a questão 38).
4. ☐ Não respondeu.
5. ☐ Não sabe.

32. Em alguma dessas situações em que você foi abordado pela polícia, você:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. ☐ Foi ameaçado por policiais
2. ☐ Foi extorquido por policiais
3. ☐ Foi ofendido verbalmente por policiais
4. ☐ Foi agredido fisicamente por policiais
5. ☐ Nenhuma das situações
6. ☐ Não respondeu
7. ☐ Não sabe

33. Considerando apenas a última vez que você foi abordado pela polícia na rua ou passou por uma blitz, gostaria que você me dissesse se:

O entrevistado pode optar por mais de um item.

1. ☐ Os policiais foram educados
2. ☐ Os policiais tiveram uma conduta honesta
3. ☐ Nenhuma das situações
4. ☐ Não respondeu
5. ☐ Não sabe

EXPERIÊNCIA RECENTE DE VITIMIZAÇÃO

34. Você foi vítima de crime nos últimos dez anos (por favor, considere de setembro de 2005 até setembro de 2015)?

1. ☐ Sim
2. ☐ Não (encerrar a entrevista)
3. ☐ Não respondeu (encerrar a entrevista)
4. ☐ Não sei (encerrar a entrevista)

35. Você procurou a polícia devido ao último crime do qual foi vítima?

1. ☐ Sim
2. ☐ Não (vá para a questão 41)
3. ☐ Não respondeu (vá para a questão 41)
4. ☐ Não se lembra (vá para a questão 41)

36. Qual o principal motivo pelo qual você procurou a polícia?

Mostrar cartão. Marcar apenas uma opção. Encerrar a entrevista.

1. ☐ Acreditava que a polícia poderia resolver o problema
2. ☐ Precisava do boletim de ocorrência policial
3. ☐ O que aconteceu era grave demais, e por isso tinha que procurar a polícia
4. ☐ Acreditava que era seu dever informar à polícia sobre o crime ocorrido
5. ☐ Outro motivo
6. ☐ Não respondeu
7. ☐ Não sabe

37. Qual o principal motivo pelo qual você não procurou a polícia devido ao último crime do qual foi vítima?

Mostrar cartão. Marcar apenas uma opção.

1. ☐ Não tinha provas do que aconteceu
2. ☐ O que aconteceu não era muito importante
3. ☐ Não acreditava que a polícia poderia resolver o problema
4. ☐ Não queria envolver a polícia com medo dos próprios policiais
5. ☐ Não queria envolver a polícia com medo de sofrer ameaças por parte de outras pessoas
6. ☐ Podia resolver o problema por conta própria
7. ☐ Outro motivo
8. ☐ Não respondeu
9. ☐ Não sabe

Em relação à política pública de SAÚDE na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Ótima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Em relação à política pública de EDUCAÇÃO na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Ótima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Em relação à política pública de SEGURANÇA na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Otima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Em relação à política pública de EMPREGO na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Otima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Em relação à política pública de PREVENÇÃO ÀS DROGAS na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Otima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Em relação à política pública de INFRAESTRUTURA (ruas sem buraco, iluminadas, sem mato, etc) na cidade de Palmas você a considera

- ☐ Otima
- ☐ Muito boa
- ☐ Boa
- ☐ Razoável
- ☐ Ruim
- ☐ Péssima

Você já ouviu falar do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência - PROERD

() Sim

() Não

Você considera o PROERD

() um excelente iniciativa

() uma boa iniciativa

() um iniciativa razoável

() uma iniciativa ruim

() uma péssima iniciativa

Você considera que o PROERD contribuiu para evitar a violência e a criminalidade:

() Sim

() Não

Você conhece ou já ouviu falar em alguns dos programas realizados pela Polícia Militar

Polícia Comunitária () Sim () Não

Proerd () Sim () Não

Escolinha de Futebol () Sim () Não

Banda de Música nas escolas () Sim () Não

Palestras nas escolas () Sim () Não

Outros _____

Você considera que esses programas contribuem para a prevenção da violência e da criminalidade

() Sim

() Não

Você conhece ou já ouviu falar do Colégio Militar

() Sim

() Não

Você considera que o COLÉGIO MILITAR contribuiu para evitar a violência e a criminalidade:

() Sim

() Não